

O MODERNO PRÍNCIPE: UMA RELEITURA MAQUIAVELIANA DO PODER CONTEMPORÂNEO

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA



Este ensaio consiste numa releitura linear do — e tanto quanto possível vinculada conceitualmente ao — clássico de Maquiavel, *O Príncipe*. Trata-se de uma tentativa de aplicar as categorias analíticas e a metodologia utilizada pelo pensador florentino às mesmas realidades por ele tratadas: as diversas formas de conquistar e de manter o poder especificamente político e as técnicas empregadas para tal finalidade, com a diferença essencial de que estaremos falando das formações políticas da contemporaneidade, não das cidades-Estado do Renascimento.

O objeto em si não é diferente daquele analisado no mais famoso tratado maquiaveliano de política, mas os instrumentos e os contextos econômicos, sociais e culturais nos quais se movimentam os “modernos príncipes” são obviamente diferentes — não, talvez, moralmente superiores —, mas operacionalmente distintos daquele universo de traições na ponta da espada no qual se movia o diplomata e conselheiro Niccolò. Para assegurar uma comparabilidade e uma ponte conceitual com o pensador florentino, estilo e estrutura dos primeiros capítulos de sua obra mais conhecida foram mantidos o mais próximo possível do original (lida em várias edições, sobretudo italianas e francesas). Os temas e inclusive os títulos são idênticos aos do conhecido texto maquiaveliano, mas o discurso e a lógica argumentativa aqui seguidos diferem, obviamente, do original de quase cinco séculos atrás.

Este exercício de *intellectual bridge-building* pode ser considerado como uma tentativa de aplicar Maquiavel à política moderna, não obstante alguns constrangimentos “morais” que um exercício deste tipo pode apresentar para algum candidato a moderno conselheiro do príncipe: afinal de contas, poder absoluto, traição e eliminação física de adversários já “passaram de moda”, ainda que as técnicas de manipulação política continuem sempre na berlinda. Em todo caso, *O Príncipe* continua uma obra aberta e diversos tipos de leitura são possíveis a partir de suas recomendações de “política prática” para uso dos candidatos a senhores do “principado” (que, analogamente, pode representar qualquer república ou reino moderno, dotado de limites constitucionais). Maquiavel continua moderno, ainda que não da forma como pretendem seus muitos leitores e exegetas contemporâneos.



DOS TIPOS DE PRINCIPADOS

Todos os estados modernos, que têm ou pretendem ter autoridade sobre os homens, são democracias ou simulacros de democracia. As verdadeiras democracias são ainda em número restrito, mas sua presença e sua importância no mundo atual estão aumentando, ainda que progressivamente. A maior parte dos demais estados são apenas tentativas de democracia, ou então formas variadas de ditadura, algumas disfarçadas, outras de maneira aberta.

Houve um tempo, até meados do século passado mais ou menos, em que as democracias conformavam um grupo extremamente reduzido de países, quase todos no hemisfério norte, praticamente submerso num mar de autoritarismos (quando não de totalitarismos abertos). Impulsos autoritários, em países vivendo crises econômicas ou políticas prolongadas, podiam transformar-se em golpes ou assaltos

revolucionários ao poder, transformando sociedades por si estruturalmente antiliberais – geralmente devido à fragilidade da sociedade civil – em ditaduras abertas, em estados totalitários.

A prática começou com Lênin, que liderou não uma revolução, mas um simples golpe militar: a tomada do Palácio de Inverno foi um *putsch*, não um “assalto ao céu” pelo proletariado russo. Mussolini aprendeu com Lênin, e realizou, em 1922, uma marcha sobre Roma que levou depois ao *stato totale*. Hitler tentou seguir seu exemplo em 1923, mas falhou miseravelmente e passou algum tempo na cadeia, quando concebeu um sistema de propaganda viciosa e de milícias armadas que facilitou sua ascensão ao poder dez anos depois. Enquanto isso, Portugal salazarista inaugurava o gênero na península ibérica, seguido alguns anos depois pela Espanha franquista, ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas também instalava o seu “Estado Novo” no Brasil.

Os políticos, e mesmo os cidadãos comuns, dos poucos sistemas liberais então existentes, consideravam que a democracia não era um regime adequado para beduínos ou camponeses ignorantes, mas ainda assim procuraram, em alguns casos, inculcar alguns rudimentos de democracia nos sistemas por eles dominados. Foi assim que a Índia colonial aprendeu o *rule of law* e algumas regras de representação política que depois seriam seguidas pelo país tornado independente. A Inglaterra imperial fez provavelmente mais pelo progresso ulterior da Índia do que Ghandi com todos os seus ensinamentos pacifistas, que finalmente serviram muito pouco na construção da Índia moderna: a despeito de todos os seus problemas de divisão da sociedade em castas, a Índia permanece uma grande democracia. A maior parte dos demais países da África e da Ásia, no entanto, não teve tanta sorte assim e a inexistência de estruturas políticas representativas, ao serem liberados do “jugo colonial”, mergulhou-os numa sucessão de lutas

intertribais e raciais que conduziram à falência dos novos Estados.

Na América Latina, a evolução foi diferente, mas nem por isso mais feliz: a maior parte dos países, independente a partir do início do século XIX, descambou para o caudilhismo anárquico, passando a conhecer a instabilidade como regra; alguns novos Estados tentaram o sistema das monarquias “ilustradas”, mas nem por isso eram menos oligárquicos ou plutocráticos. Já no século XX, a fragilidade ou mesmo a raridade de um verdadeiro sistema representativo na experiência política brasileira levou um famoso brasilianista – Thomas Skidmore – a intitular o seu primeiro livro sobre o Brasil moderno de *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*, ou seja, uma tentativa de democracia, pois lhe pareceu que tínhamos tido apenas alguns breves interregnos liberais num *continuum* autoritário.

Pois em que pese ostentar hoje um regime democrático aparentemente estável, o Brasil teve simulacros de democracia durante muito tempo, seja ao tempo da monarquia ilustrada, que fazia de conta que reproduzia o parlamentarismo inglês, mas sustentava o mais tenebroso escravismo, seja durante as cinco ou seis repúblicas que se seguiram, várias tuteladas pelos militares, cingidas na representação política e excludentes do ponto de vista social. Pela fortuna ou pela virtude, o Brasil atual alcançou uma democracia que pode ser chamada de plena, tendo conhecido uma transição política exemplar nas eleições de 2002, pois que pela primeira vez se assistiu à passagem do poder político do sistema de “cabresto” das elites “ilustradas” para as mãos de um legítimo representante do povo.

O príncipe contemporâneo que passou a governar o Brasil deverá encontrar dentro de si, e junto aos quadros de seu movimento político, qualidades e competências que os habilitem a bem governar um povo dotado de identidade própria, organizado numa sociedade complexa e vivendo num sistema econômico

industrializado. Considerando-se que a democracia encontra-se já consolidada no País, caberia talvez participar dos esforços pela conversão de outros Estados ao novo credo liberal: ademais da censura ao sistema de “guerra preventiva”, que realmente provoca mais instabilidade do que paz, quem sabe uma vigorosa campanha pela “democracia preventiva” não permitiria evitar maiores sofrimentos a tantos povos ainda hoje oprimidos por déspotas iníquos ou caudilhos que se perpetuam no poder a várias décadas? Eis aí um programa que pode transformar os principados modernos em sistemas políticos democráticos, amantes da paz e dos direitos humanos e comprometidos unicamente com o bem-estar de seus povos.

O príncipe moderno não pode ser mais um senhor da guerra, mas sim um servo da paz e um defensor da democracia plena, sem adjetivos!



DOS PRINCIPADOS HEREDITÁRIOS

Não falarei aqui das repúblicas democráticas, porque elas já foram, e são, objeto dos muitos manuais de ciência política de autoria de estudiosos dos países avançados, livros que possuem, aliás, um grau de modelização formal muito superior às modestas notas de cunho impressionístico que vou traçando neste ensaio sobre as artes da política para uso dos cidadãos de países novos, nos quais a República ainda está em construção. Os cidadãos destes países estão pouco afeitos a uma administração do tipo racional-legal, normalmente encontrável naquelas formações políticas mais antigas, de onde vêm os estudiosos acima referidos, que parecem ser, elas, mais sofisticadas, ou presumivelmente menos dadas às paixões dos homens – e bem mais submetidas a regras impessoais – e quase sem espaço para que os príncipes satisfaçam suas conveniências pessoais.

Voltarei minha atenção, portanto, sobretudo para as formações políticas de países ainda insuficientemente institucionalizados, delinearei os princípios usualmente adotados pelas lideranças políticas nesses países e, finalmente, discutirei como elas são, e como deveriam, ser mantidas. Digo, pois, que para a preservação de algumas velhas províncias hereditárias e afeiçoadas à linhagem de seu príncipe – e elas ainda existem, em pleno século 21 –, as dificuldades são assaz menores do que naquelas poucas províncias que receberam o sangue novo dos imigrantes, pois nas primeiras é bastante comum não se preterir os costumes dos antepassados e, depois, contemporizar com os acontecimentos fortuitos, de tal forma que, se alguns daqueles príncipes de velha estirpe – alguns nem tão velha ou nobre assim – for dotado de ordinária capacidade (o que inclui, por vezes, mandar matar os inimigos) sempre se manterá no poder, a menos que uma extraordinária e excessiva força – geralmente do governo central – dele venha a privá-lo; e, uma vez dele destituído, ainda que temível seja o usurpador, pode voltar a conquistá-lo, pois que sempre encontrará aliados para a sua causa em algum clã da corte imperial.

Nas segundas, aquelas novas províncias, ao contrário, esses imigrantes de sangue novo chegaram sem pagar o devido respeito às tradições das linhagens estabelecidas, sem sequer honrar os poderes constituídos, e alguns mesmo ostentavam tendência anarquista, quando não coisa pior, degenerada e desrespeitosa das hierarquias e comandos. Vários se tornaram arrivistas e chegaram a destronar – é verdade que sem muito sangue vertido – velhas famílias quatrocentonas que estavam na terra desde tempos imemoriais, cultivando suas glebas e exportando honestamente o fruto de tanto trabalho e suor dos locais. Pois aqui, ainda que se esforçassem os príncipes, com todas as armas e os barões assinalados, eles foram muitas vezes desalojados do poder sem o devido respeito pelo muito que tinham feito em favor dessas

províncias, ao libertá-las, em outras épocas, de bugres ferozes e de piratas da costa, e de um ou outro castelhano mais atrevido. As heranças como que foram abolidas naturalmente, sem quase resistência física das velhas famílias, vencidas no final pelo poder do dinheiro, pelo dos casamentos de conveniência e, pouco a pouco, pelo exercício democrático do voto não censitário.

Felizmente para algumas velhas linhagens, o princípio que elas julgam normal dos principados hereditários foi preservado em territórios mantidos à margem desses fluxos de populações estrangeiras, províncias de velha economia tradicional, com o populacho apegado à terra e inclinado ao conforto dos seus senhores. Estes continuaram a mandar nessas províncias como nostempos dos capitães (e depois dos coronéis da guarda), infensos ao que parecia ser os efeitos políticos de alguns ténues ventos de modernização que vinham dos cavalarianos do sul, com suas idéias positivistas contrárias à boa religião e à ordem tradicional. Esses desafiantes também tinham religião, e igualmente gostavam da ordem, mas eles diziam preferir que a religião não se envolvesse com as coisas da república e que essa ordem fosse emanada da lei, não do barão e cutelo dos senhores.

Pois a despeito de tudo isso, de revoluções políticas e de avanços econômicos, alguns velhos redutos, a exemplo dos daqueles irreduzíveis gauleses, resistiam ainda e sempre à extinção das linhagens políticas e à abolição dos principados hereditários. Em terras de riquezas ancestrais, algumas delas grandes províncias, outras menores, mas em todo caso produtoras de açúcar e de mel, como nos relatos bíblicos, e cheias de palmeiras onde canta o sabiá, os príncipes naturais desses lugares mantiveram a ferro e a fogo o seu domínio, com algumas concessões à modernidade, é verdade. Alguns até se cercaram de redes de rádio e televisão, criaram os seus próprios jornais, adotaram métodos modernos de administração – com algum “por fora” preservado – para poder se

contrapor àqueles arrivistas de baixa extração que ousavam contestar o seu poder absoluto. Em alguns casos a luta foi dura, renhida, quase sanguinária, mas aliados do imperador souberam valorizar o benefício da velha ordem – e a vantagem de currais eleitorais quase intactos – para as suas próprias expectativas de poder. Mesmo a nova ordem da revolução soube reconhecer que o importante para a velha lógica do poder era dispor de aliados fiéis e solícitos sempre quando isso fosse necessário, não ficar negociando o tempo todo com ideólogos que pretendiam reformar tudo o tempo todo.

Os senhores da velha linhagem ensinaram, aliás, aos novos clãs do poder central – e estes aprenderam rapidamente – que o domínio puro não tem ideologia, nem coloração política; ele só é poder, e com isso se basta. Estava feita a nova aliança de interesses, que ia se renovando a cada sobressalto político do castelo imperial, desde que a situação das províncias de velha estirpe permanecesse rigorosamente como era, desde os tempos do escambo e da língua geral. Delfins se sucediam aos hierarcas, *nepotes* aos príncipes sem descendência direta, em alguns casos até mesmo representantes dos gineceus ocuparam o lugar dos varões menos afeitos a essas lutas eternas pelo prestígio e a glória ligados ao poder. Nesses principados hereditários o que se constituiu, desde a noite dos tempos até os dias que correm, não foi tanto a ordem estabelecida quanto a desordem controlada, ou então o despotismo puro, esclarecido ou não.

De alguma forma essas hierarquias hereditárias se faziam amar – ou temer, conforme o caso – pelos plebeus e burgueses, sem que precisassem recorrer à força e ao arbítrio toda vez que alguém inventava que era chegada a hora de testar o domínio pelos métodos que tinham inventado depois da Revolução Francesa. Não havia motivo para esses príncipes hereditários se oporem à expressão das urnas, tanto porque eles ocultavam seus desbragados vícios e conseguiam se fazer bem querer, à custa, é verdade, de alguma benemerência e de doses maciças das

novas técnicas de comunicação (das quais eles tinham o virtual monopólio em seus feudos quase privados). Assim é que os príncipes que tenho em mente conseguiram manter o seu domínio, administrando e controlando com todo cuidado qualquer proposta de mudança, de molde a diminuir suas ofensas e aumentar suas vantagens.



O que basicamente distingue as novas províncias das antigas, estas geralmente de tipo hereditário, é a existência da chamada sociedade civil, original ou não. Onde a sociedade civil se constituiu, com autonomia de recursos em relação ao poder central, ficou difícil aos príncipes da velha linhagem manter seu domínio indisputado e, portanto, assegurar a permanência dos *nepotes* e herdeiros, como se se tratasse de uma herança pessoal. Houve casos, também, de velhas províncias que já dispunham de sociedades civis organizadas, algumas até mandando presidentes para o conselho do império, que regrediram ao ponto de acomodar os interesses de novas linhagens, que se fizeram hereditárias por meio e graça do poder imperial, quando este se encontrou centralizado por força de disputas políticas na própria sociedade civil.

Na maior parte dos casos, porém, as mais importantes linhagens se formaram na posse da terra e nas prebendas do Estado, com feudos sem brasões que se consolidaram em novas oligarquias e daí em principados. Temos, pois, nessas províncias, alguns exemplos de permanência e de resistência, ou seja, príncipes valorosos que não cedem ao assalto dos arrivistas

e que continuam a ser a liderança natural dessas terras com leis mas também com tradição e hierarquia (e uma não pode viver sem a outra). Nos principados hereditários o peso da sociedade civil tende a ser diminuído, e neles o velho princípio da hereditariedade nem sempre significa a filiação consangüínea, pois pode também querer dizer o vínculo partidário e o conluio de interesses. Se esse tipo de principado consegue se armar de sistemas burocráticos de controle, de aparência e funcionamento modernos, então o domínio dos príncipes tende ao absolutismo, pois a “gaiola de ferro” assume ares de administração “racional”.

Se me perguntarem o que penso particularmente disso tudo, diria que, como cidadão adepto da primazia da sociedade civil, abomino o desembaraço desses príncipes que não costumam prestar contas de seus atos, mas também reconheço, como estudioso das coisas da República, que não é fácil mudar velhos hábitos e diminuir a afeição do povo comum pelas suas lideranças “naturais”. O ideal é que fossem todas as províncias, novas e velhas, regidas pela mesma lei impessoal que resultou da assembléia de cidadãos em praça pública. Mas nem sempre o exercício do poder pode, ou consegue, contentar-se com essas limitações incômodas e intrínsecas ao processo democrático, usualmente delongado, ruidoso, quase caótico, para dizer o mínimo.

Dizia um desses velhos conservadores liberais – sim, este era as duas coisas ao mesmo tempo – que a democracia era o pior de todos os regimes, à exceção de todos os demais. Acho que isso ainda é verdade, mas nada impede que os principados hereditários consigam adaptar-se às regras do jogo e perpetuar-se no poder pela astúcia e por algumas concessões formais ao jogo da maioria, isto é, por um simulacro de democracia. Desde os tempos da Antigüidade que isso se dá e o mundo não parece perto de acabar com essas práticas que são mais comuns – mesmo em novas províncias – do que se pensa. Enquanto o povo quiser, e se a força – das armas

ou dos votos – não impedir, alguns príncipes de um certo valor continuarão exercendo seus talentos para maior glória e riqueza de velhas famílias distinguidas pelos brasões dos ancestrais.



DOS PRINCIPADOS MISTOS

Mas é nos principados novos que residem as principais dificuldades políticas para uma boa administração da coisa pública. Dentre os novos principados, nos interessamos sobretudo por aqueles que forneceram material empírico a vários teóricos das ditaduras e dos modelos de transição para as democracias, pois eles são os protótipos de regimes mistos (isto é, compostos) que queremos discutir neste ensaio.

Comparados às velhas monarquias européias, dotadas em sua maior parte de parlamentos que deitam raízes nos tempos medievais, os países do continente ocidental descoberto pelo genovês Cristoforo Colombo ganharam sua autonomia política, em média, há cerca de dois séculos apenas, e neles são ainda mais recentes, com exceção da grande república do norte do hemisfério, os arranjos governativos baseados na liberdade partidária e numa representação parlamentar verdadeiramente popular. Em face da secular (ainda que periclitante) monarquia inglesa, cujos princípios constitucionais foram forjados ainda antes dos invasores bretões, esses países apresentam uma experiência constitucional relativamente confusa, feita da superposição ou eliminação de várias cartas magnas, geralmente o resultado de tempos turbulentos e de aventuras caudilhescas.

Não se deve, contudo, olvidar que algumas dessas jovens repúblicas são bem mais antigas, enquanto Estados constituídos, do que muitos países europeus, ainda que estes possam ostentar processos de formação nacional que remontam,

em certos casos, à mais remota antigüidade. Tomemos, por exemplo, o caso da Itália, a nação que forjou, como uma das primeiras flores do Lácio, as bases do estado de direito e dos regimes contratuais civis, que assistiu depois ao nascimento do moderno capitalismo e dos sistemas bancários e monetários, que deu ao mundo o modelo da cidade-estado autogovernada, como eram as Repúblicas de Veneza, de Gênova e, junto com elas, os muitos principados que proveram, precisamente, a fundamentação empírica para o surgimento da moderna teoria política e os mecanismos práticos para a consolidação da arte de governar sem o apoio das igrejas constituídas. Ora, a Itália, como Nação, é muito mais jovem do que várias dessas repúblicas latino-americanas, tendo se constituído em reino unificado apenas depois de 1870, meio século depois que um reino similar existisse no maior país da América do Sul, no caso o Brasil. Sua República, da mesma forma, só surgiu mais de meio século depois que o mesmo Brasil tinha abolido sua anacrônica forma monárquica de governo, quando o moderno estado italiano ainda trocava as fraldas das primeiras experiências de *aggiornamento* político, nessa época de valores burgueses conhecida como *trasformismo*.

Da mesma forma a Alemanha moderna, que alguns historiadores nacionalistas querem ver como o resultado linear das antigas tradições do Sacro Império Romano, só surge, realmente, a partir de 1871, tendo sido depois retalhada, amputada e reconstruída no seguimento da Segunda Guerra de Trinta Anos que a opôs, entre 1914 e 1945, a várias outras nações européias, assim como aos dois grandes impérios do século 20, o russo e o americano, que dividiram o mundo (e a própria Alemanha) durante a maior parte da segunda metade desse século, no período conhecido como Guerra Fria. Pois o Brasil também é mais velho do que qualquer dessas Alemanhas, e já mantinha relações diplomáticas, desde o início do século 19, com vários dos principados e das cidades-estado que vieram

depois a compor o *Zollverein* e a Germânia contemporânea.

E o que dizer da *ancienne France*, formada nos tempos de Carlos Magno e dos Capetos — nada a ver, aqui, com o “demo” que não tem, a despeito do que se crê, nenhuma interferência nas coisas da política—, a França de tão gloriosas tradições absolutistas e de ainda mais gloriosas revoluções, e que no entanto passou por tantos regimes quanto ela produz de variedades de queijo? Pois ela conheceu muitas dinastias e pelo menos cinco repúblicas, sem contar alguns caudilhos de nomes por demais conhecidos para serem aqui repetidos, bastando dizer que um era corso e o outro metido a desafiar americanos.

Por aí se vê que antigüidade histórica nem sempre é sinal de principado velho, podendo, ao contrário, apresentar algum impedimento estrutural para sua modernização política, e de fato alguns dos mais poderosos principados de nossos tempos são ainda mais recentes, em sua presente forma constitucional, do que as jovens nações das Américas. Não pretendo falar aqui dos jovens estados africanos e de alguns principados da Ásia, surgidos da descolonização européia operada na segunda metade do século 20, pois eles têm uma história política muito diversificada (e por vezes sangrentamente fratricida) para constituírem modelos de qualquer tipo de regime suscetível de atender aos requerimentos desta análise dos principados modernos de constituição mista. Mas pretendo abordar o caso das democracias contemporâneas, em especial o das frágeis democracias latino-americanas, para demonstrar como e por que esses principados podem ser mistos e ainda assim preservar (ou não) o essencial da governabilidade política, que constitui o traço mais conspícuo dos sistemas constitucionais contem-porâneos.

Alguns conselheiros dos príncipes modernos podem pensar que países instáveis como os principados latino-americanos são *mistos*, isto é, heterogêneos, significando com isso que, por um lado, eles ainda são subdesenvolvidos econômica e politicamente, e



que, por outro lado apenas as democracias capitalistas avançadas são *homogêneas* e uniformes em seus regimes políticos e formas de governar. Quão errados estão esses ideólogos, pois que se há um traço que caracteriza os estados do capitalismo avançado, isto é, os regimes de mercado e as democracias burguesas, é precisamente sua diversidade política nas formas de regime e nos sistemas constitucionais.

De certa forma, todos os principados modernos são mistos, no sentido em que suas estruturas políticas resultam de uma complexa história político-social que coloca em confronto forças sociais sempre únicas e originais do ponto de vista histórico. E eles não são mistos apenas por instabilidade conjuntural ou por conflitos políticos momentâneos, eles são mistos estruturalmente, no sentido em que os homens, na sua eterna insatisfação com o estado de coisas presente, sempre pretendem aperfeiçoar alguma coisa deixada pelas gerações precedentes, daí esses edifícios complexos e por vezes assimétricos que se vêm nas repúblicas velhas como nas novas quando um viajante mais arguto resolve examinar de perto suas construções constitucionais.

Os homens mudam de senhores, e esses novos líderes conseguem por vezes impor reformas constitucionais, mas o fato é que, no mais das vezes, é o lento acumular de pequenas mudanças imperceptíveis que constituem um regime “novo” (e portanto *misto*) para um determinado principado, e esses novos esquemas de mando devem sua existência tanto a antigas tradições como a novos modelos de governança,

algumas vezes copiados sem pensar de outros povos. O Brasil, por exemplo, teve uma constituição monárquica vigente por quase setenta anos, com uma única emenda constitucional, o que lhe garantiu uma estabilidade única em face de turbulentos vizinhos republicanos que estavam sempre a trocar de senhores e de constituições, alguns principados mais de uma vez ao ano, como ocorreu com aquele que leva o nome de *El Libertador*. Pois bem, bastou que a nova república brasileira adotasse um modelo constitucional baseado no da grande república setentrional — inclusive copiando-lhe o nome de Estados Unidos — para que o seu novo regime misto ficasse ainda mais misto com a adoção, quase que de modo contínuo, de emendas constitucionais, quando não de cartas inteiramente refeitas por algum senhor mais dado a essas reformas completas do comando político desse grande principado.

Alguns tentaram explicar essa instabilidade constitucional pela ausência de uma revolução econômica autêntica, uma que supostamente seria burguesa como se apenas os burgueses pudessem implementar um tipo de regime político moderno, compatível com o regime de mercados e com as liberdades civis. Um teórico liberal, da escola econômica de Chicago, Milton Friedman, acredita por exemplo que o capitalismo é uma condição necessária, ainda que não suficiente, das liberdades políticas, mas isso não nos diz nada sobre o caráter heterogêneo desses mes-mos principados capitalistas que ele pensa apontar como únicos exemplos de *d e m o c r a c i a s*



modernas. Outros teóricos da dependência estrutural dos principados latino-americanos, que acreditam que eles nunca conheceram o equivalente funcional das revoluções burguesas dos principados setentrionais, afirmaram que não haveria, no sul, espaço histórico para a repetição das evoluções democráticas dos capitalismos de “velhos” principados como os da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos, da Alemanha ou do Japão, acreditando esses conselheiros que essas sociedades “centrais e hegemônicas” teriam apresentado as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado.

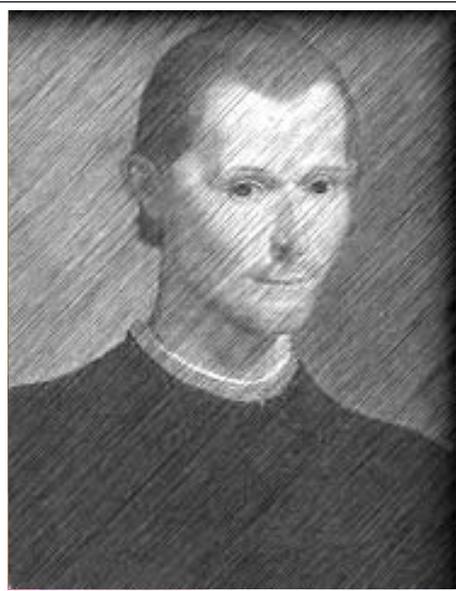
Ora, essa crença é surpreendente, tanto do ponto de vista da sociologia histórica como do comparatismo político, como uma análise perfunctória sobre esses principados poderia revelar. Seria preciso observar, antes de mais nada, que o discurso desse tipo de conselheiro de certos príncipes meridionais atribui, ao processo de modernização capitalista uma força de transformação da sociedade de muito superior a suas reais possibilidades intrínsecas, passando por cima das tradições culturais, do tecido social e político de cada sociedade, do ambiente internacional na longa duração — isto é, o das relações entre esses principados antes mesmo da afirmação completa dos capitalismos nacionais — ou de outros fatores contingentes ou ocasionais.

Tal crença ideológica significaria aceitar como pressuposto a uniformização das estruturas sociais, econômicas e políticas das formações que atravessaram uma modalidade bem sucedida de modernização capitalista, o que necessariamente implicaria aceitar, igualmente, a possibilidade, ou até mesmo a probabilidade, de uma projeção dessas tendências de

desenvolvimento em direção das formações sociais do capitalismo periférico, o que é paradoxalmente negado por esses conselheiros.

O fato de se pensar a modernização capitalista em termos de tendências convergentes de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado em todos os principados modernos implica a aceitação de um modelo considerado “ideal” de desenvolvimento histórico e sua elevação ulterior à categoria de “paradigma” para a abordagem analítica dos casos particulares, que seriam talvez, aos olhos desses ideólogos, os dos principados latino-americanos.

Pode-se até admitir que, do ponto de vista de um conselheiro do príncipe, o discurso ideológico parta da noção de tipos característicos de desenvolvimento social, mas não seria lícito



ao príncipe esclarecido pensar que a realidade do desenvolvimento histórico e social é feita de tipos característicos, isto é, uniformes. Os desempenhos econômicos e sociais mais evidentes do processo de modernização capitalista não são redutíveis a denominadores comuns senão a um nível muito elevado de generalização, que são basicamente estes aqui: mercantilização progressiva das atividades agrárias,

dissociação dos produtores diretos dos meios de produção, constituição de um mercado livre de trabalho, diferenciação funcional por classes, racionalização das atividades de gestão etc. No plano das formações políticas, o processo compreende a formação de um aparato burocrático do Estado moderno, a superação da apropriação prebendalista ou patrimonial das atividades de gestão desse mesmo Estado, a ampliação das franquias políticas e a racionalização das estruturas de representação, a incorporação dos aparelhos partidários nos

mecanismos de cooptação e de representação típicos de regimes modernos e assim por diante.

Não obstante esses traços comuns, e portanto uniformes, esses principados capitalistas resultam em tipos distintos, isto é mistos, de organização política e social. Suas tendências de organização são extremamente diversificadas e únicas em cada um dos principados tomados individualmente. As estruturas e relações de classes — senhores, burgueses livres, membros do clero, arraia miúda etc. — assim que os sistemas de poder e os tipos de autoridade dos príncipes diferem enormemente nesses principados e não são assimiláveis entre si senão em relação a um mesmo quadro de referência global tomado em sua generalidade: economia de mercado (isto é, capitalismo avançado) e democracia formal (isto é, burguesa).

De fato, qualquer conselheiro do príncipe trabalhando em perspectiva comparada sobre os sistemas econômicos, sociais e políticos desses principados modernos saberia ultrapassar a aparente uniformidade das estruturas e das tendências de desenvolvimento para identificar os traços distintivos na evolução de cada um deles: tradição liberal, consenso social, tendências latentes ao *self-government* e papel restrito do Estado central nas experiências britânica e americana; polarizações sociais e políticas, capitalismo ‘difícil’ e Estado centralizado no caso francês; tradição elitista e burocrática, capitalismo concentrado, Estado dominador na versão alemã; sociedade hierarquizada, capitalismo altamente organizado e Estado “instrumental” na experiência japonesa, e assim por diante.

Essas conformações ‘mistas’ desses principados “clássicos” da história recente do capitalismo e da sociedade burguesa moderna, considerados não tanto enquanto idealizações sociológicas de algum conselheiro do príncipe, mas enquanto realidades históricas sempre específicas e originais, podem ajudar algum conselheiro mais realista a concluir porque

apenas os dois primeiros tipos de principados, isto é, anglo-saxões, chegaram, talvez quase que ‘naturalmente’, à democracia ‘burguesa’, ao passo que os demais tiveram de passar, durante períodos mais ou menos longos ou recorrentes, por experiências autoritárias, bonapartistas ou abertamente ditatoriais de governança política.

Como se pode ver, o fato de que esses principados modernos apareçam hoje como “uniformemente” democráticos, não elude o elemento estrutural de que eles são, na verdade, mistos, no passado e atualmente, tendo passado por uma longa história de revoluções políticas e sociais para consolidar, não um modelo único, mas regimes diversos de governança política que permanecem o que eles sempre foram: principados mistos.



Outra não será a experiência dos principados latino-americanos, dos mais turbulentos — como são, ainda hoje, aqueles que mais se identificam com os libertadores da pátria — aos aparentemente estabilizados, como a antiga monarquia dos Braganças que se encontra na sua sétima ou oitava república (os conselheiros do príncipe perderam a conta, tal o número de substituições e revisões constitucionais). Eles também se acomodarão, no momento oportuno, com uma forma mista de governança política, que será marcada, ao mesmo tempo, pela estabilidade e pela flexibilidade de regimes governativos e administrativos. Afinal de contas, essa é a situação concreta da maior parte dos principados modernos, como algumas evidências poderão demonstrar.

O que representa, de certo modo, a mais poderosa democracia imperial de nossa época senão um regime de poder caracterizado pelo presidencialismo congressual, haja vista os enormes poderes que detêm, ambos, o príncipe eleito e o congresso do povo naquela grande democracia setentrional? O que constitui, por outro lado, o regime misto do modelo francês, que têm um presidente responsável pela política externa e pela defesa, mas que escolhe um primeiro ministro que depende por sua vez da confiança do parlamento? E o sistema imperial japonês ou monárquico espanhol, que têm presidentes de conselho apontados pelo príncipe, mas de fato dependentes do voto popular e de uma maioria parlamentar bastante clara? Regimes unitários se alternam a sistemas federais, com eleições diretas ou indiretas dos chefes de estado ou de governo sem que fique abalada a característica básica desses principados: sua natureza democrática e sua base econômica capitalista.

Os principados mistos do continente descoberto por Colombo também parecem prontos a empreender a aventura da tolerância e estabilidade. Talvez os cidadãos devam ainda eleger príncipes virtuosos que os façam mais facilmente atravessar o purgatório da acumulação primitiva do capitalismo, a anarquia dos mercados e a *selva selvaggia* dos especuladores e usurários, que nada mais são senão aventureiros dotados da sede desenfreada do lucro, o que por si só é garantia de circulação de riqueza e de crescimento da renda (na medida em que eles atijam o espírito inovador dos agentes privados).

Mas o mais provável é que eles não tenham vivido tempo suficiente em liberdade para começar a praticar eles mesmos aqueles modelos de *self-government* que distinguem os principados de linhagem anglo-saxã dos demais. E o principal costume de liberdade que eles devem ainda conhecer mais de perto parece ser o da liberdade econômica. Porque o que qualquer conselheiro do príncipe mais avisado e atento terá

deduzido por si mesmo é que o que mais que tudo separa os principados daquela linhagem dos de tradição ibérica — isto é, centralizadora — é esta regra simples da vida econômica: tudo o que não estiver expressamente proibido nas leis saxãs está *ipso facto* permitido e o súdito ou cidadão pode empreender por sua própria conta e risco tal atividade econômica, ao passo que tudo o que não estiver amparado num alvará régio ou num decreto do príncipe ibérico está *ipso facto* proibido e depende, por conseguinte, de um decreto do parlamento para poder ser transferido, ao cabo de ingentes esforços e outras tantas acrobacias burocráticas (e pagamento de propinas), ao domínio da iniciativa privada.

Pois tais parecem ser as características atualmente negativas dos principados daquelas terras descobertas por Cristoforo Colombo e Amerigo Vespucci e que ainda não parecem ter ingressado na modernidade capitalista. Mas, como também disse um conselheiro amador de uma dessas terras de promessa, de nome Mário de Andrade, “progredir, progredimos um tiquinho, que o progresso também é uma fatalidade”, o que indica que nem tudo está perdido quando a fortuna e a virtude se combinam para criar aquelas circunstâncias favoráveis ao seu desenvolvimento político e econômico. Se os príncipes que governam esses imensos territórios forem avisados para não mudar muito as leis e não se aumentarem os impostos, o território conquistado pode ser a base de um principado ativo e feliz.

E um dos maiores e mais eficientes remédios seria aquele do príncipe conhecer os hábitos dos seus governados e ir de encontro aos seus desejos de liberdade econômica e de autonomia política. Os súditos ficam satisfeitos porque o recurso ao príncipe se torna mais fácil, donde têm mais razões para amá-lo, querendo ser bons, e para temê-lo, caso queiram ou pretendam desrespeitar as leis do principado. Os súditos ou cidadãos de tal principado não precisam desse modo temer a ofensa do príncipe, pois que ele já não precisa expedir tantos alvarás

como antigamente, posto que a liberdade econômica é a regra e não a exceção.

Disso se extrai uma regra geral que nunca ou raramente falha: a verdadeira causa do poderio e do progresso de algum principado é liberdade econômica que, combinada à liberdade política, assegura longa vida ao príncipe e sucesso nos seus empreendimentos.



**POR QUE O REINO DE DARIO, OCUPADO POR
ALEXANDRE, NÃO SE REBELOU CONTRA SEUS
SUCESSORES APÓS A MORTE DESTA**

Consideradas as dificuldades que devem ser enfrentadas para a conservação de um Estado recém-conquistado, é ilustrativa a história que nos vem da Antigüidade, a saber, o destino do grande império criado pelo filho de Felipe II. Este rei da Macedônia dominou facilmente a Grécia, já então cansada das lutas entre suas principais cidades-estado, e depois inculcou em seu filho Alexandre o gosto pela conquista de novos reinos.

Alexandre assim o fez, tão pronto terminada, ainda jovem, sua educação com os mais famosos filósofos da Grécia, lançando-se, por-tanto, em novas lutas contra os mais poderosos reinos do seu tempo. E, de conquista em conquista, chegou às terras do mais poderoso império dessa época, o dos antigos persas, onde reinava Dario. Este era, ele mesmo, descendente de reis conquistadores que, no passado, tinham sido brutais com a pequena Grécia e suas colônias da Ásia menor e do Mediterrâneo. A luta de Alexandre contra Dario representou muito mais do que um enfrentamento entre exércitos ou um mero conflito entre Estados: foi um verdadeiro choque de civilizações. Alexandre, rei-filósofo e príncipe esclarecido, tornou-se senhor de toda a Ásia em poucos anos, estendendo seus domínios muito além do Helesponto. Os soldados de Alexandre, já então

chamado de Magno, apesar de sua baixa estatura, passaram ainda além da Taprobana e, em perigos e guerras esforçados, eles foram até as terras dos mauryas, onde se falavam dezenas de línguas e se escrevia numa língua sagrada, o sânscrito.

Lá eles podem ter tomado conhecimento da obra de um escriba notável, Kautilya, que compilou em doze livros a mais moderna arte de governar que até então tinha sido feita. Nesses livros, conhecidos coletivamente como *Arthashastra*, ele dava instruções precisas ao príncipe que desejasse organizar o seu estado e manter a mão firme sobre sua administração. Não havia aspecto do comando de um senhor sobre os homens de seu reino que esse antecessor de Niccolò Machiavelli que foi Kautilya não tivesse abordado em profundidade e com argúcia: do uso de espiões e prostitutas para ouvir ou seduzir súditos ou inimigos, do envio de embaixadores e encar-regados de negócios nos principados vizinhos, das nomeações dos ministros e da escolha do harém, até o emprego da tortura e da mentira para manter e aumentar o poder do príncipe.

Pois bem, como a provar que toda vitória política pode ser efêmera, não apenas havia terminado esta sua conquista, e voltando daquelas terras ocupadas, Alexandre Magno veio a morrer na Babilônia, uma das maiores cidades do mundo civilizado, também conhecida pela perfídia e crueldade de seus senhores, em todos os tempos. Alexandre deixou um dos maiores impérios de todos os tempos. Suas conquistas não se deram apenas à custa de força bruta, mas também com base na persuasão, difundida entre os novos súditos, de que o seu reino seria mais ilustrado, mais humano e mais esclarecido do que os dos déspotas orientais a que sucedia. Um mérito, pelo menos, tinham tido esses senhores que mandavam cortar a língua, as orelhas e furar os olhos dos seus inimigos: eles fizeram melhoramentos hidráulicos nessas terras ancestrais, que ora conviviam com inundações, ora com secas terríveis.

A febre que abateu Alexandre poderia ter igualmente consumido seu império, que ele já tinha então dividido em terras distintas entre seus generais, que nelas estabeleceram seus principados. Pois a despeito de parecer razoável que todo aquele domínio devesse rebelar-se, seus sucessores o conservaram em paz e para tanto não encontraram outra dificuldade senão aquela que, por ambição pessoal, nasceu entre eles mesmos. O reino de Alexandre deixou boas lembranças pelas bondades que criou e legou aos descendentes da dinastia, em seus muitos principados do Oriente e do Ocidente, onde se falava grego, macedônio, aramaico, persa e outras línguas do mundo civilizado. E o reino de Dario quase não conservou recordações entre os mesmos homens, pelo despotismo cruel e bárbaro que marcou a sua forma de governo.

O argumento que aqui se quer seguir pode ser assim resumido. Os principados de que se conserva memória, e que entraram na história, ou como sucesso ou como fracasso, têm sido governados de duas formas diversas: ou por algum príncipe despótico e por seus barões e sátrapas, os quais, não por graça do senhor mas por antigüidade de sangue, têm aquele grau de ministros, mas que estão prontos e dispostos a trair o príncipe na primeira oportunidade, se o mesmo senhor envelhece ou se distrai; ou, então, por um príncipe, que neles estabelece a lei e toma dos antigos servos, vassallos e outros súditos e os faz homens livres, que aí passam a decidir sobre os seus negócios com base nos seus próprios contratos e nos códigos do príncipe, que regulam a designação e o trabalho dos ministros, por graça e concessão sua, mas cada vez mais com base no costume e na lei, e que com isso ajudam a governar o Estado. Este era certamente o caso de Alexandre e os seus diversos sucessores, com maior ou menor sucesso, ao passo que na primeira forma tivemos o exemplo do reino de Dario e sua quase nenhuma influência sobre o mundo moderno.

Podem ser encontrados muitos exemplos dessas duas formas de governo, ainda em nossos



tempos. Os homens dos principados baseados nos códigos e nos contratos têm sido mais felizes e ditosos, pois que não precisam amar ou temer a seus senhores, e sim apenas respeitar as leis que eles mesmos fizeram e votaram ou que lhes foram outorgadas por seus pais e avós. Ainda que possam dedicar natural afeição aos seus senhores, eles o fazem também por interesse próprio, renovado em intervalos regulares, não porque a isso tenham sido obrigados pelo arbítrio do príncipe ou de seus barões. Eles entregam de bom grado uma parte de suas colheitas aos coletores do príncipe, pois sabem que uma parte dela será empregada na construção de pontes e diques, ou no pagamento de soldados que não virão roubar suas filhas e levar suas galinhas e cabras.

Ao passo que naqueles principados onde a autoridade emana apenas do senhor, a incerteza é a regra e o temor a condição normal, sendo que nas províncias mais ou menos distantes do centro sempre pode surgir um concorrente do príncipe, que a ele poderá se opor pela força das armas ou pela traição pura, com a ajuda de cortesãos pouco escrupulosos. Nessas terras, os homens levam vida atribulada, pois não sabem a que senhor servir, se ao príncipe da capital ou aos barões das províncias e em quem confiar nas

conversas dos albergues ou das feiras. Ali pode estar um espião a serviço do príncipe ou do senhor local, sem que o trabalhador honesto tenha qualquer segurança quanto à posse dos seus bens ou sobre quando será a próxima derrama. Mercenários trabalhando para uma ou outra parte, e nas horas vagas para si mesmos, trazem insegurança constante nas aldeias, sem que os pais de família e os donos de oficinas tenham a quem apelar em caso de abusos.

Aqui retomo o argumento do capítulo primeiro desta obra, o de que os estados modernos, que têm ou pretendem ter autoridade sobre os homens, são democracias ou simulacros de democracia. A mesma situação pode ser encontrada nas províncias ou nos reinos menores e dependentes de algum príncipe distante, sendo que algumas dessas províncias possuem baronatos antigos ou modernos que muito diferem no modo de governar os cidadãos ou súditos, segundo o caso, podendo ser verdadeiros estados ou os simulacros já referidos. Os anais desses outros baronatos registram casos escabrosos, de barões que se sustentaram mesmo a despeito da sucessão de príncipes que foram sendo alijados do poder, ora se aliando com uma causa, ora com a causa oposta, numa perfeita emulação dos camaleões políticos em que são pródigos os principados instáveis.

Até há bem pouco, eram muito mais numerosos os principados da segunda categoria do que da primeira, porque sendo os homens mais facilmente corruptíveis e subornáveis nos regimes instáveis, algum senhor mais esperto podia assaltar o poder e a partir daí exercer o seu comando brutal sobre os homens assim assustados. Sendo esperto o novo senhor, ele pronto adquiria prestígio, e mais poder, à custa

de presentes aos cortesãos e promessas aos demais. O contrário ocorre geralmente nos principados mais esclarecidos, com cidadãos educados e, portanto, providos de estabilidade de administração e com oficiais menos corruptos, onde em conseqüência o regime é dotado de maior longevidade.

Não há uma razão única de porque isso ocorre antes em alguns principados do que em outros, mas por vezes isso tem a vez com a qualidade dos príncipes, como o exemplo de Alexandre nos provou. Mais freqüentemente isso se deve à qualidade das instituições, ou da própria civilização, onde foi forjado e educado o



príncipe (e também seus barões aliados). De onde se conclui que muito depende da educação do povo, de onde podem sair, e se sobressair, conselheiros do príncipe, ministros, chefes de província e capitães de guerra, que todos concorrem para a felicidade geral da nação, e não para sua infelicidade, como algumas

vezes ocorre em territórios de outra forma bem dotados de meios e recursos em que lhes pode ter sido pródiga a natureza.

Mas não é o bastante, para o sucesso de um reino, que o príncipe seja probo ou bem intencionado, pois é preciso também que as leis naturais e aquelas fabricadas pelos homens estejam em conformidade com os desejos da maioria, do contrário aquele reino poderia viver em revoluções constantes e outros motins. E não convém, tampouco, que as poucas ou muitas riquezas do reino — não importa muito aqui sua quantidade, que é sempre relativa — sejam desigualmente repartidas entre os homens, pois pode acontecer que, por cobiça ou desestímulo, o príncipe passe a ser mal servido pelos seus súditos e cidadãos, que passam em silêncio a

subtrair a parte do fisco, por mais justos que sejam os motivos alegados para a coleta oficial.



Estas pareciam ser, precisamente, as diferenças entre o reino de Dario e o de Alexandre, dessemelhanças que não estavam apenas no caráter de cada príncipe mas na natureza de seus governos. Por isso, os antecessores de Dario já tinham vivido (ou sobrevivido a) incontáveis traições vis, ao passo que os descendentes

de Alexandre deixaram uma obra digna dos anais dos cronistas, nos vários principados em que se dividiram depois da sua morte. Estes se prolongaram — em alguns casos vários séculos depois — em terras tão diferentes como o Egito dos antigos escribas, a magna Grécia dos filósofos e seus seguidores do Lácio, bem como nas províncias e na própria cidade-capital do império do que foi chamado de a Roma do Oriente, antes da conquista dos turcos otomanos.

A segurança e a estabilidade de alguns desses reinos, que duraram muitos séculos, contrastam com o caráter efêmero dos reinos despóticos do Oriente, onde a força bruta tomava o lugar da lei. Não estou falando aqui do império dos chins, onde uma classe de funcionários do Estado de fato administrava o poder absoluto em nome dos senhores, e estes em nome do príncipe, mantido recluso na cidade proibida.

Os romanos, por exemplo, foram os dominadores mais seguros e longevos, mas seus tribunos e imperadores não estabeleceram sua autoridade apenas na ponta das espadas e das lanças dos seus legionários, pois que acrescentavam, logo depois, as virtudes do código civil e do estatuto de cidadania, o que permitiu elevar muitos dos colonizados a cargos importantes na capital e até mesmo na suprema magistratura. Não obstante, a dissolução dos costumes desses novos ricos, desacostumados dos sadios hábitos dos tempos da conquista,

terminou por minar as bases do poder patricial, até o ponto da decadência política e moral. Mas, a essa altura, eles já não tinham mais príncipes esclarecidos, apenas tiranos cruéis travestidos de imperadores.

Consideradas, pois, todas estas coisas, ninguém se maravilhará de que as únicas garantias seguras para um principado estável e longo sejam a qualidade dos homens públicos e, antes de mais nada, a condição de homens livres dos governados, e sua maior ou menor capacidade para estabelecerem eles mesmos as leis que os irão governar. Isto não resulta da muita ou pouca virtude dos príncipes, mas da forma como príncipes, barões e comuns assumem as instituições legadas pelos ancestrais ou criadas pela história.

T & M

Texto recebido em maio de 2004.

Aprovado para publicação em junho de 2004.

SOBRE O AUTOR:

Paulo Roberto de Almeida é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas. Professor do Uniceub/Brasília. Autor de *A grande mudança: conseqüências econômicas da transição política no Brasil*. São Paulo: Códex, 2003; e de *Os primeiros anos do século XXI: O Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, dentre outros livros. Endereço eletrônico: paulo.almeida@planalto.gov.br.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
REVISTA TEMAS & MATIZES
www.unioeste.br/saber